



a2
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 0301627-1

Impetrante: José Manuel Alpoim Ferreira

Defensor Público: Cristina Sakaki

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Ministério Público: Maria Helena Nunes Lyra

EMENTA: DIREITO HUMANO À SAÚDE. DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRANTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO CID 10. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO DENOMINADO LIRAGLUTIIDA (VICTOZA). FÁRMACO AUSENTE NÃO PREVISTO NA PORTARIA Nº 2.577/06 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA. CABIMENTO. RAZOABILIDADE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.. SEM DISCREPÂNCIA.

1. A preliminar de ausência de direito líquido e certo, confunde-se com o próprio mérito e, por assim ser, resta não conhecida.

2. Não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade. No caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da Constituição Federal. Arguição de Impossibilidade jurídica do pedido, rejeitada.

3. Versa a lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa carente, portadora de enfermidade grave - diabetes mellitus tipo CID 10, associada a excesso ponderal e passado de revascularização coronária, sendo acometido de AVC isquêmico e realizado duas cirurgias de ponte safena e mamária e, conforme declaração médica de fls. 22, o paciente necessita fazer uso do medicamento denominado LIRAGLUTIIDA (Victoza). Assim, ao contrário do afirmado pelo recorrente, no referido documento reside a prova pré-constituída exigida pela ação mandamental.

4. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o de devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde a sua promoção, proteção e recuperação. Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que

03 - AR - 0301627-1

11



a3
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

5. A afirmação do Estado de Pernambuco da necessidade de observância ao Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direito, de dignidade constitucional e de mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado.

6. Impende ressaltar, ainda, que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial, em respeito ao já mencionado princípio da dignidade da pessoa humana.

7. É possível ao juiz, ex officio ou por meio de requerimento da parte, fixar multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer. Multa mantida em face da não comprovação de sua desproporcionalidade.

7. Segurança concedida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0301627-1, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 24/09/2013, por unanimidade de votos, em conceder a segurança, nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife 24 de 09 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



87

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 0301627-1

Impetrante: José Manuel Alpoim Ferreira

Defensor Público: Cristina Sakaki

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Ministério Público: Maria Helena Nunes Lyra

RELATÓRIO

José Manuel Alpoim Ferreira, por meio da Defensoria Pública, impetrou a presente ação mandamental, objetivando a concessão de liminar no sentido de determinar à autoridade apontada como coatora fornecesse em seu favor, de forma gratuita, o medicamento denominado LIRAGLUTIIDA (Victoza), a ser ministrado em dose única diária, por injeção subcutânea, como também qualquer medicamento necessário para manter sua saúde, sob pena de fixação de multa diária.

O impetrante alega, em síntese, que é portador de grave patologia, a saber, DIABETES MELLITUS tipo 2 (CID 10), associado a excesso ponderal e passado de revascularização coronária, conforme laudo médico assinado pela Dr. Francisco Bandeira – CRM 5906, sendo acometido ainda por AVC isquêmico e realizado duas cirurgias de ponte de safena e mamária.

Assevera que houve indeferimento do fornecimento do medicamento por parte do Estado de Pernambuco, sob a fundamentação de que o mesmo não fazia parte do Programa de Dispensação de Medicamentos Excepcionais.

Às fls. 32/36, houve o deferimento da liminar pleiteada, tendo o Estado de Pernambuco manejado agravo regimental, o qual restou improvido nos termos constantes às fls. 74/80.

Nas informações, a autoridade apontada como coatora, arguiu, em sede de preliminar, ausência de direito líquido e certo e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, que o medicamento de marca não consta das listagens oficiais de dispensação gratuita. Defende ainda o não cabimento da condenação em astreintes, custas processuais e honorários advocatícios.

86



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Encaminhados os autos à Procuradoria Geral de Justiça, o representante do Ministério Público opinou pela concessão da segurança, conforme parecer lançado às fls. 75/80.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 02/09/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



94
p

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 0301627-1
Impetrante: José Manuel Alpoim Ferreira
Defensor Público: Cristina Sakaki
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Ministério Público: Maria Helena Nunes Lyra

VOTO PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO

Argui a autoridade apontada como coatora a presente preliminar, sob o argumento de que embora o laudo firmado por médico seja elemento de prova, não pode ser imposto ao Judiciário como se fosse questão puramente de direito, pois não representa prova suprema ou irrefutável capaz de conferir liquidez e certeza ao direito invocado.

A suscitação confunde-se com o próprio mérito da demanda mandamental. Assim, deixo de conhecer a presente prejudicial.

É como voto.

Recife, 24 de 05 de 2017.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



45
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 0301627-1
Impetrante: José Manuel Alpoim Ferreira
Defensor Público: Cristina Sakaki
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Ministério Público: Maria Helena Nunes Lyra

VOTO PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

Entende a autoridade coatora que no caso presente encontra-se afigurada a impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que a medida perseguida pelo impetrante é de ordem administrativa e, por assim ser, não pode ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de afronta ao princípio constitucional da separação de poderes.

Sem acolhimento a arguição. Não se pode olvidar que não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.

Assim, no caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através de norma programática inscrita no art. 196, da Constituição Federal.

Ante tal argumento, voto no sentido de rejeitar a preliminar.

É como voto.

Recife 24 de dez de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

03 - AR - 0301627-1

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



96
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Mandado de Segurança nº 0301627-1
Impetrante: José Manuel Alpoim Ferreira
Defensor Público: Cristina Sakaki
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Ministério Público: Maria Helena Nunes Lyra

VOTO DE MÉRITO

Versa a lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa carente, portadora de enfermidade grave – diabetes mellitus tipo CID 10, associada a excesso ponderal e passado de revascularização coronária, necessitando fazer uso da medicação denominada de LIRAGLUTIIDA (victoza), conforme declaração médica de fls. 22, assinada por médico especialista em endocrinologia – metabolismo.

Assim, ao contrário do afirmado pelo impetrado, tenho que em referido documento reside a prova pré-constituída exigida pela ação mandamental. Tenho que assiste razão ao *Parquet* quando afirma em seu judicioso parecer ser insustentável a alegação de que o laudo elaborado por médico especialista para justificar a prescrição do uso do medicamento em comento não serve como prova pré-constituída. Olvida o impetrado que a elaboração da estratégia de ataque a qualquer enfermidade é atribuição exclusiva do médico no exercício da sua especialidade e como único detentor dos conhecimentos necessários para debater a doença e seus efeitos.

Continua o representante do Ministério Público, afirmando com toda razão, que a escolha de determinado medicamento ou tratamento não implica, necessariamente, que produzirá os efeitos pretendidos, a te porque é indefensável afirmar que todos os seres humanos reagem da mesma forma e intensidade diante de uma mesma substância. A prescrição de um tratamento apenas oferece a expectativa de que, na situação concreta em que manejada, produza ao máximo os efeitos almejados, circunstância que não a desqualifica como prova pré-constituída.

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável

03 – AR – 0301627-1

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 – Fone: (081) 3419-3201.

5



a7
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde a sua promoção, proteção e recuperação.

A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no *caput*, do art. 5º, da Constituição Federal, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois valores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

A afirmação recursal da necessidade de observância ao Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando

03 - AR - 0301627-1



AB
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direito, de dignidade constitucional e de mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado.

Do Superior Tribunal de Justiça, vale trazer à colação os arestos seguintes:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO. 1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ. 2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde. 3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda)".

"RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Configurada a necessidade da recorrida de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última

03 - AR - 0301627-1



aa
so

3º Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado.3. Proposta a ação objetivando a condenação dos entes públicos ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de insuficiência renal crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos posto umbilicalmente interligados o tratamento e o fornecimento de medicamento. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade, de forma a tornar o processo efetivo, o acesso à justiça amplo e justa a composição da lide. Precedentes: REsp 625329 / RJ, Ministro LUIZ FUX, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 23.08.2004; REsp 735477 / RJ, Ministra ELIANA CALMON, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26.09.2006; REsp 813957 / RJ, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 28.04.2006.4. A decisão que ante a pretensão genérica do pedido defere tratamento com os medicamentos consecutórios, não incide no vício in procedendo do julgamento ultra ou extra petita.5. Recurso especial desprovido."(REsp 863240/RJ, Relator Ministro Luiz Fux).

Impende ressaltar, ainda, que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial, em respeito ao já mencionado princípio da dignidade da pessoa humana.

Corroborando este posicionamento, colaciono trecho de ementa da lavra do Ilustre Desembargador Irineu Mariani, membro da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, senão vejamos:

"(...) 4. Teoria do possível ou da reserva do possível. O art. 196 da CF não traduz norma não-auto-aplicável, e sim norma programática, isto é, o Constituinte delegou ao intérprete a missão de revelá-lo, em termos qualitativos e quantitativos, no mundo dos fatos, conforme as novas verdades sociais. Assim é porque o dispositivo não diz que o direito à saúde é garantido nos termos da lei ou nos termos das políticas sociais e econômicas. Diz, sim, que o direito à saúde é garantido, mediante políticas sociais e econômicas. O que existe é a garantia do direito à saúde. O direito é garantido, cabendo ao Poder Público implementar as políticas sociais e econômicas no sentido de garanti-lo ou para garanti-lo. 5. Não-invasão de competência e outras alegações. Ao garantir a quem precisa de assistência à saúde, como prevê o art. 196 da CF, seja pelo acesso aos medicamentos, seja pela cobertura do custo de

03 - AR - 0301627-1



500
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

exames laboratoriais, radiológicos, tomográficos, atos cirúrgicos, baixas hospitalares, etc., o Judiciário não invade competência de outro Poder. Também, ao invés do habitualmente alegado, não fere diversos outros dispositivos constitucionais, seja o art. 2º (independência dos poderes), seja art. 5º, caput (princípio da igualdade), seja do respectivo inc. II (ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei), seja do art. 167, II (despesas que excedem a previsão orçamentária), seja do respectivo VII (concessão ou utilização de créditos ilimitados), seja do art. 168 (destinação do duodécimo até o dia 20 de cada mês). A tudo se sobrepõe o direito à assistência à saúde, além de ser vedado excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito (art. 5º, XXXV). Ademais, há lembrar o Estado Democrático e de Direito, com ênfase ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º e III). (...) (AI nº 70027660877, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, DJ 26/11/2008)".

Quanto à imposição da penalidade de astreinte, é reiterada a orientação do Superior Tribunal de Justiça, de que pode o magistrado, de ofício ou por meio de requerimento da parte, fixar multa diária cominatória contra a Fazenda Pública em caso de descumprimento de obrigação de fazer. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. SUS. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA. CABIMENTO. PRAZO E VALOR DA MULTA. REQUISITOS DA TUTELA ANTECIPADA. APRECIÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE. 1. (...). 5. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que é possível ao juiz, ex officio ou por meio de requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer. 6. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. As questões nodais acerca da verificação dos requisitos para a antecipação da tutela - verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável - tidos pela decisão a quo como não-demonstrados, assim como do prazo e do valor da multa constituem matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via



103
50

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ.7. Agravo regimental não provido." (Primeira Turma, AgRg no REsp n. 690.483/SC, relator Ministro José Delgado, DJ de 6.6.2005.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA. CABIMENTO. PRECEDENTES. 1. Agravo regimental contra decisão que proveu recurso especial.2. O acórdão a quo negou pedido de aplicação de multa pecuniária pelo descumprimento de ordem judicial referente a deferimento de antecipação de tutela que asseverou ser dever do Estado o fornecimento gratuito de medicamentos.3. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que é possível ao juiz, ex officio ou por meio de requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer. Precedentes. 4. Incidência da Súmula nº 83/STJ, em face da orientação pacificada desta Casa Julgadora sobre o tema. 5. Agravo regimental não provido." (Primeira Turma, AgRg no REsp n. 718.011/TO, relator Ministro José Delgado, DJ de 30.5.2005.)

Por fim, no que diz respeito à desproporcionalidade da multa diária fixada em R\$ 1.000,00, o impetrante não trouxe aos autos qualquer prova capaz de estaquear seu argumento, assim, tenho que foi estabelecida razoavelmente e em obediência ao disposto no art. 461, § 5º, do CPC, pelo que deve ser mantida em todos os seus termos.

Ante o exposto, voto pela concessão da segurança, consolidando a liminar já proferida, no entanto, deve a parte impetrante periodicamente, ou seja, de três em três meses apresentar perante a Secretaria Estadual de Saúde laudo e prescrição médica subscritos por médico especialista. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, conforme Súmula 512 do STF.

É como voto.

Recife 24 de 09 de 2012

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator